

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

falla e ainda manda a conta ao povo

Portugal continua a dizer-se uma democracia. O problema é que uma democracia não se mede apenas pelas eleições, pelas cerimónias e pelos discursos solenes. Mede-se pela coragem de julgar o poder.

Nota de abertura:

Quando a justiça falha, quando ninguém é responsabilizado, quando os processos se arrastam durante anos e quando a conta final chega sempre ao mesmo destinatário — o contribuinte — já não estamos apenas perante um problema judicial. Estamos perante uma crise democrática.

Portugal continua a dizer-se uma democracia. E formalmente é. Tem eleições, tribunais, Parlamento, Constituição, partidos, discursos solenes, cerimónias com bandeiras e aquelas frases de circunstância que cheiram sempre a verniz institucional. Mas uma democracia não se

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

transformada num labirinto para ricos, influentes e politicamente blindados.

E é aqui que Portugal começa a parecer menos um Estado de direito e mais uma tragicomédia administrativa com toga.

O Estado falha, ninguém responde, o povo paga

A condenação do Estado português a pagar 15 mil euros a José Sócrates por violação do segredo de justiça na Operação Marquês é apenas mais um episódio deste teatro do absurdo. Não está em causa defender a violação do segredo de justiça. O segredo de justiça deve ser respeitado. A presunção de inocência deve ser protegida. O Estado não pode investigar através de fugas selectivas, manchetes convenientes ou julgamentos por telejornal.

Mas também não se pode aceitar que a justiça portuguesa funcione como uma máquina que falha em cadeia, não responsabiliza quem falha e depois transforma a factura numa colecta nacional. Isto não é justiça. É uma transferência de danos para os mesmos de sempre.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

responsabilidade concreta se dissolve no nevoeiro institucional, sobra apenas a responsabilidade abstracta do Estado. E quando o Estado paga, paga quem trabalha, quem desconta, quem vê o salário amputado por impostos, quem espera por consultas, quem paga taxas, coimas, juros, contribuições e ainda tem de ouvir sermões sobre responsabilidade orçamental.

Sempre o contribuinte. Esse animal fiscal de carga que sustenta a máquina, os seus erros, os seus luxos, as suas incompetências e, agora, até as indemnizações resultantes das suas próprias falhas.

A justiça como labirinto para os poderosos

O caso torna-se ainda mais grotesco porque envolve uma das figuras políticas mais marcantes da democracia portuguesa: um antigo primeiro-ministro, no centro de um dos processos mais simbólicos da degradação moral do regime. A Operação Marquês não é um processo qualquer. É uma radiografia ao casamento indecoroso entre poder político, dinheiro, influência, banca, grandes grupos

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

atravessa governos, juízes, recursos, incidentes, batalhas processuais e desgaste público, não estamos perante normalidade jurídica. Estamos perante erosão institucional.

E a erosão tem consequências. Cada manobra dilatória que passa, cada incidente processual usado como arma de exaustão, cada ataque público à justiça, cada tentativa de deslocar o julgamento do crime para o julgamento dos juízes, abre uma porta perigosa. Outros arguidos poderosos, outros suspeitos bem acompanhados, outros profissionais da sobrevivência processual olharão para isto e aprenderão a lição: a justiça pode ser combatida não apenas nos autos, mas no tempo, na praça pública, na suspeição permanente, na multiplicação de requerimentos e na intimidação simbólica da instituição.

No fim, talvez ainda haja espaço para pedir indemnização.

Dois países perante a lei

A democracia portuguesa vai assim oferecendo ao país um manual perverso: para o cidadão comum, a lei é vertical, seca, rápida e sem anestesia; para os poderosos, a lei é

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

de cobrança. O grande arguido sente-o como uma arena estratégica. O pobre recebe notificações. O influente apresenta incidentes. O cidadão vulgar paga. O poderoso reclama danos morais.

A justiça portuguesa não pode continuar a ser suficientemente forte para disciplinar fracos e suficientemente confusa para cansar fortes. Porque quando a lei se transforma numa muralha para uns e num labirinto para outros, já não estamos perante igualdade democrática. Estamos perante encenação jurídica.

BOX DE FACTOS

- A Comissão Europeia reconhece, no Relatório sobre o Estado de Direito de 2025, que Portugal fez progressos em algumas áreas da justiça, mas continua a enfrentar atrasos na investigação, acusação e julgamento de casos de corrupção de alto nível.
- A OCDE, no Anti-Corruption and Integrity Outlook 2026, assinala que Portugal cumpre 82%

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

uma pontuação de 56 em 100 no índice de

Percepção da Corrupção de 2025, colocando o país em 46.º lugar entre 182 países.

- O GRECO, organismo do Conselho da Europa, reconheceu progressos de Portugal na prevenção da corrupção, mas indicou que ainda havia recomendações por implementar no domínio do poder executivo e das forças de segurança.

O diagnóstico internacional confirma o cheiro a mofo

A Comissão Europeia, no capítulo português do Relatório sobre o Estado de Direito de 2025, reconheceu progressos em recursos humanos e em algumas reformas, mas também deixou escrito o que há muito se sente cá dentro: continuam a existir dificuldades na investigação, acusação e julgamento atempado de casos de corrupção de alto nível. Também assinalou que o lobbying continua por regular e que a estratégia nacional anticorrupção precisava de avaliação séria.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A OCDE também fornece um retrato desconfortável. Portugal aparece relativamente bem no plano das regras formais de integridade judicial, mas muito menos bem na aplicação prática dessas regras. Esta diferença entre a lei escrita e a realidade vivida é talvez uma das doenças mais portuguesas: no papel somos quase escandinavos; na prática tropeçamos no tapete da repartição.

A Transparency International coloca Portugal numa posição mediana no combate à corrupção percebida. Não é colapso, mas também não é propriamente uma medalha. É aquela mediania moral muito portuguesa: suficiente para evitar vergonha internacional absoluta, insuficiente para inspirar confiança séria.

A corrupção de alto nível como teste à democracia

A questão essencial não é saber se a máquina judicial melhora em processos comuns. A questão é saber se a máquina funciona quando toca nos poderosos. E aí a resposta continua a ser sombria. Porque uma justiça que consegue resolver pequenos litígios, mas tropeça, arrasta-

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A corrupção de alto nível é o verdadeiro teste de stress de uma democracia. Não é nos discursos do 25 de Abril, nas comemorações oficiais ou nos comunicados ministeriais que se mede a saúde de um regime. Mede-se quando a justiça tem de investigar antigos governantes, grandes interesses económicos, bancos, empreiteiros, gestores, redes de influência e intermediários do costume.

É aí que se vê se a democracia tem coluna vertebral ou apenas protocolo.

Se os grandes processos se arrastam até à exaustão, se prescrevem, se se fragmentam, se se perdem em incidentes, se passam anos sem julgamento efectivo, se os arguidos poderosos transformam os tribunais em palcos políticos e se no fim ainda sobra indemnização paga pelo Estado, então o cidadão comum percebe a mensagem. E a mensagem é devastadora: há justiça para quem não tem poder e gestão de danos para quem o teve.

Quando a confiança morre, a democracia apodrece

Uma democracia verdadeira não sobrevive apenas com urnas. Sobrevive com confiança. E a confiança exige uma

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Quando o cidadão olha para a justiça e vê atrasos intermináveis, prescrições, megaprocessos que se desfazem, indemnizações pagas pelo Estado, fugas de informação sem culpados concretos, corrupção investigada durante anos e condenações raras, o que morre não é apenas a paciência. Morre a fé cívica.

E quando a fé cívica morre, sobra o cinismo. Sobra a frase amarga: “são todos iguais”. Sobra a desistência democrática. Sobra o povo pobre a pagar impostos, taxas, multas, juros, contribuições, austeridades, resgates bancários, incompetências administrativas e indemnizações judiciais, enquanto ouve sermões sobre responsabilidade, contenção e respeito pelas instituições.

Mas as instituições também têm de respeitar o povo.

Não precisamos de mais

comissões: precisamos de justiça

Portugal precisa de uma reforma profunda da justiça. Não de mais uma comissão. Não de mais um grupo de trabalho. Não de mais um relatório com capa azul e linguagem de anestesia. Precisa de prazos reais. De meios reais. De responsabilização real. De transparência real.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

músculo técnico, financeiro e humano. Precisa de regulação do lobbying. Precisa de avaliação séria das estratégias anticorrupção. Precisa de responsabilização disciplinar e criminal quando o segredo de justiça é violado. Precisa de uma justiça que não seja apenas independente no papel, mas eficaz na vida.

Porque um Estado que não consegue julgar o poder deixa de ser plenamente democrático. Pode continuar a votar, a legislar, a inaugurar obras e a discursar sobre Abril. Mas por dentro começa a apodrecer. E uma democracia apodrecida não cai necessariamente com tanques na rua. Às vezes cai mais devagar: cai quando os cidadãos deixam de acreditar que a lei é igual para todos.

*“Portugal ainda se diz uma democracia.
Pois então prove-o. Não com discursos. Não
com cerimónias. Não com indignações
selectivas. Prove-o fazendo justiça antes que
a justiça se transforme definitivamente na
mais cara anedota nacional.”*

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Este artigo não defende julgamentos populares, violações do segredo de justiça ou atropelos ao Estado de direito. Defende precisamente o contrário: uma justiça limpa, séria, transparente, rápida e igual para todos.

O problema português não está apenas na corrupção. Está na lentidão com que se investiga, na facilidade com que se protela, na incapacidade de responsabilizar quem falha e na obscenidade moral de mandar sempre a conta para o mesmo destinatário: o contribuinte.

Uma democracia que protege direitos mas não consegue julgar o poder torna-se uma democracia incompleta. E uma democracia incompleta pode manter a fachada, as urnas e os discursos, mas perde aquilo que mais importa: a confiança dos cidadãos.

Referências internacionais

- European Commission — 2025 Rule of Law Report:
Country Chapter Portugal

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Perceptions Index

- Council of Europe / GRECO — Portugal: Progress on measures preventing corruption, but further action needed
- Freedom House — Portugal: Freedom in the World 2025

Aletheia Veritas

Fragmentos do Caos

FC-Chronic-News

Nota Final — O 25 de Abril que ainda não chegou à Justiça

Até António Barreto, antigo protagonista da democracia portuguesa e figura com percurso ligado ao Partido Socialista, já afirmou aquilo que muitos fingem não ouvir: o 25 de Abril ainda não chegou à Justiça. A frase é devastadora porque não vem de um saudosista do autoritarismo, nem de um reaccionário perdido no calendário. Vem de alguém que conhece

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

A comparação com a justiça do Antigo Regime deve ser feita com rigor. Ninguém está a defender a PIDE, a censura, os tribunais plenários, os presos políticos ou a justiça política da ditadura. Isso seria trocar a verdade pela caricatura, desporto muito praticado em Portugal por profissionais da espuma ideológica. Mas quando se fala da justiça civil, comercial e penal comum, a acusação é brutal: esta democracia, que tanto celebra a liberdade, foi incapaz de construir uma justiça eficaz, rápida, séria e respeitada.

E quando uma democracia perde a capacidade de fazer justiça, deixa de ser apenas uma democracia imperfeita. Passa a ser uma democracia mutilada. Tem eleições, discursos, partidos e cerimónias. Mas falta-lhe a espinha dorsal. Falta-lhe a garantia essencial de que a lei vale o mesmo para todos.

Sem isso, o Estado de direito transforma-se numa fachada com iluminação oficial, enquanto nos bastidores os poderosos entram pelo labirinto e o povo fica à porta com a factura na mão.

Referências: António Barreto — biografia parlamentar na Assembleia da República:

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.



GitHub Pages



CodeBerg Pages



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

•

[Ebooks](#)

•

[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)